



ESTADO DO PIAUÍ  
CÂMARA MUNICIPAL DE TERESINA  
DIRETORIA LEGISLATIVA

OFÍCIO Nº. 116/2025/AJL-CMT

Teresina (PI), 29 de dezembro de 2025

**Da:** Assessoria Jurídica Legislativa

**Ao:** Gabinete do Vereador João Pereira

**Ref.:** Projeto de Lei Ordinária nº. 314/2025

**Ementa:** "Dispõe sobre a transparência na divulgação das vagas, matrículas, lista de espera e demais informações referentes ao processo de ingresso de estudantes na Rede Pública Municipal de Ensino de Teresina, e dá outras providências."

**Assunto:** Sugestão de alteração do Projeto de Lei (PL)

Senhor Vereador,

Considerando a necessidade de adequações quanto à técnica legislativa e às nuances jurídicas da proposição acima identificada, esta Assessoria Jurídica vem sugerir as modificações a seguir expostas.

**Sugere-se a alteração das redações, conforme abaixo:**

***EMENTA:*** Dispõe sobre a transparência na divulgação das vagas, matrículas, lista de espera e demais informações referentes ao processo de ingresso de estudantes na Rede Pública Municipal de Ensino de Teresina, e dá outras providências.

***Art. 1º.*** Fica o Poder Executivo Municipal obrigado a divulgar, em plataforma digital oficial de livre acesso ao público, todas as informações referentes ao processo de oferta de vagas, matrículas, rematrículas e lista de espera das escolas da Rede Pública Municipal de Ensino de Teresina, em consonância com os princípios da publicidade e eficiência administrativa previstos no art. 37 da Constituição Federal.

***Art. 2º.*** A plataforma digital deverá conter, no mínimo, as seguintes informações:

*I - quantidade total de vagas ofertadas por escola, turno e etapa de ensino;*

*II - número de vagas preenchidas e vagas remanescentes, atualizados diariamente durante o período de matrículas;*

*III - lista de estudantes matriculados, com identificação parcialmente anonimizada (iniciais do nome e código de inscrição), em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados — LGPD (Lei Federal nº 13.709/2018);*



*IV - lista de espera atualizada, com a mesma proteção de dados prevista no inciso anterior;*

*V - critérios de classificação, prioridade e distribuição de vagas utilizados no processo de matrícula, conforme diretrizes da Lei de Diretrizes e Bases da Educação — LDB (Lei Federal nº 9.394/1996);*

*VI - calendário oficial do processo de matrícula e rematricula;*

*VI - canais oficiais para atendimento, protocolização de dúvidas e denúncias.*

**Art. 3º.** *As informações previstas nesta Lei deverão ser apresentadas de forma clara, acessível e padronizada, permitindo visualização intuitiva e inclusão de tabelas e relatórios, conforme o disposto na Lei de Acesso à Informação — LAI (Lei Federal nº 12.527/2011).*

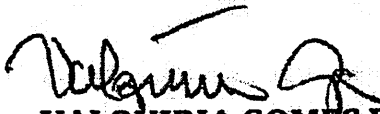
**Art. 4º.** *O Poder Executivo Municipal regulamentará a presente Lei, no que couber.*

**Art. 5º.** *Esta Lei entra em vigor na data da publicação.*

**Art. 6º.** *Revogam-se as disposições em contrário.*

Por último, vale acrescentar que, no caso de acatamento das sugestões, o gabinete do(a) vereador(a) deverá providenciar a substituição do projeto original pelo alterado junto ao Departamento Legislativo da Câmara Municipal de Teresina, para fins de registro no sistema eletrônico de tramitação das proposições.

Certa de contar com a atenção de Vossa Excelência às sugestões dadas, essa Assessoria, desde já, expressa seu agradecimento, ao tempo em que renova os protestos de estima e elevado apreço.

  
**VALQUIRIA GOMES DA SILVA**  
**Assessora Jurídica Legislativa**  
**Mat. 06854-3 CMT**

